

0001496f	ROGERNILSON ERICEIRA CHAVES	00001140508SSPMA	7.50
0001521a	RUI BARBOSA LAMIM	0000000002023993	9.33
0001554e	SAVIO RAMON BATISTA DA SILVA	0000000001645955	9.67
0001596j	SULDBLANO OLIVEIRA GOMES	0000000002360685	9.10
0001629j	THAIS RODRIGUES CRUZ TOMAZ	0000000004868686	5.83
0001651c	THIAGO PACHECO CAVALCANTI	0000000006248389	7.00
0001653g	THIAGO RIBEIRO SANANDRES	0000000106958838	7.50
0001654i	THIAGO TAKADA PEREIRA	0000000005006197	7.33
0001659h	TIAGO ARRUDA DA PONTE LOPES	0002001031040887	7.17
0001666e	TIAGO SALES BOULHOSA GONZALEZ	0000000950632341	7.67
0001686k	VANESSA HERCULANO RIBEIRO	0000000004604480	9.00

98 Candidato(s) nesta opção
* **CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA.**
CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA HABILITADOS
EM ORDEM ALFABÉTICA
(RESULTADO DA PROVA DE TRIBUNA)

NÚMERO	NOME	DOCUMENTO	MÉDIA
0000350f	CINTHIA BRITO MOREIRA	0000000000601595	7.13

1 Candidato(s) nesta opção
Protocolo 806878

NORMA

RESOLUÇÃO Nº 005/2015-CPJ, 5 DE MARÇO DE 2015
Altera a redação dos arts. 1º e 3º da Resolução nº 033/2011-CPJ, de 17 de outubro de 2011, que criou a Comissão de Organização e Estruturação do Projeto “Memória do Ministério Público do Estado do Pará”, e dá outras providências
O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições constantes do art. 21, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 6 de julho de 2006, e CONSIDERANDO a importância da preservação da memória nacional e regional com a busca de fundamentos para a constante evolução da sociedade;
CONSIDERANDO que o art. 1º da Resolução nº 033/2011-MP/CPJ, de 7 de novembro de 2011, dispõe sobre os integrantes da Comissão de Organização e Estruturação do Projeto “Memória do Ministério Público do Estado do Pará”, vinculada ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, e o art. 3º da referida norma dispõe acerca da coordenação dos trabalhos; e
CONSIDERANDO a proposta do Procurador-Geral de Justiça submetida à deliberação do Colégio,
R E S O L V E:
Art. 1º Os incisos do art. 1º e o “caput” do art. 3º da Resolução nº 033/2011-CPJ, de 17 de outubro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:
“Art. 1º
I - Procurador-Geral de Justiça, ou membro do Ministério Público especificamente designado para representá-lo;
II - decano do Colégio de Procuradores de Justiça;
III - Subprocurador-Geral de Justiça para a área técnico-administrativa;
IV - um membro aposentado, designado pelo Procurador-Geral de Justiça;
V - Diretor do Departamento de Administração;
VI - Chefe da Divisão de Biblioteca;
VII - Chefe do Serviço de Arquivo; e
VIII - Chefe do Serviço de Documentação.”
“Art. 3º A Coordenação dos trabalhos será exercida pelo Procurador-Geral de Justiça ou pelo membro do Ministério Público que o representar, nos termos do inciso I do art. 1º desta Resolução.”
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DE SESSÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, em 5 de março de 2015.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça, em exercício
ADÉLIO MENDES DOS SANTOS
Corregedor-Geral do Ministério Público
UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL
Procuradora de Justiça

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA
Procurador de Justiça
FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
Procurador de Justiça
DULCELINDA LOBATO PANTOJA
Procuradora de Justiça
ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO
Procurador de Justiça
MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA
Procuradora de Justiça
RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA
Procurador de Justiça
ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
Procuradora de Justiça
MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES DE SOUZA
Procuradora de Justiça
MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA
Procuradora de Justiça
LEILA MARIA MARQUES DE MORAES
Procuradora de Justiça
TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA
Procuradora de Justiça
MARIA TÉRCIA ÁVILA BASTOS DOS SANTOS
Procuradora de Justiça
ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO
Procurador de Justiça
MÁRIA DO PERPÉTUO SOCORRO VELASCO DOS SANTOS
Procuradora de Justiça
HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
Procurador de Justiça
MARIA CÉLIA FILOCREÃO GONÇALVES
Procuradora de Justiça
CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
Procuradora de Justiça
MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
Procuradora de Justiça
NELSON PEREIRA MEDRADO
Procurador de Justiça
ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO
Procuradora de Justiça

Protocolo 806690

PORTARIA Nº 1258/2015-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
DISPENSAR o servidor efetivo VALTER ANDREY VALOIS CAVALCANTE do exercício da Gratificação de Tempo Integral, prevista no art. 137, § 1º, alínea “a”, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, concedida pela Portaria nº 6985/2013-MP/PGJ, de 7/11/2013, a contar de 6/2/2015.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMpra-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 11 de março de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça, em exercício
PORTARIA Nº 1259/2015-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; e
CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 185/2014-MP/CPJPSI, protocolizado sob o nº 29454/2014, em 29/11/2013;
CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 1474/2011-MP/PGJ, de 5/4/2011, publicada no D.O.E. de 8/4/2011, que regulamentou, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará a concessão da Gratificação de Tempo Integral aos servidores da Instituição,
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor BRUNO LIMA DE FREITAS, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, lotado Departamento de Administração, Gratificação de Tempo Integral, prevista no art. 137, § 1º, alínea “a”, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, até ulterior deliberação e enquanto desempenhar suas atividades junto àquele Departamento, a contar de 6/2/2015.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMpra-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 11 de março de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça, em exercício
PORTARIA Nº 1265/2015-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; e
CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 185/2014-MP/CPJPSI, protocolizado sob o nº 29454/2014, em 29/11/2013;
CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 1474/2011-MP/PGJ, de 5/4/2011, publicada no D.O.E. de 8/4/2011, que regulamentou, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará a concessão da Gratificação de Tempo Integral aos servidores da Instituição,

R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor TARSO DE MELO FIDELIS, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, lotado no Serviço de Transporte, Gratificação de Tempo Integral, prevista no art. 137, § 1º, alínea “a”, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, até ulterior deliberação e enquanto desempenhar suas atividades junto àquele Serviço, a contar de 6/2/2015.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMpra-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 11 de março de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça, em exercício
Protocolo 806905

PORTARIA Nº 009/2015-MP/CGMP
O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO que a Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos Membros do Ministério Público - art. 17, *caput* da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e art. 30, *caput* da Lei Complementar nº 057/2006, de 06 de julho de 2006 - Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará;
CONSIDERANDO que, nos termos dos arts. 17, I da Lei nº 8.625/93 e 37, II e 162 da LCE nº 057/2006, incumbe à Corregedoria-Geral do Ministério Público realizar inspeções e correições, como atribuição fiscalizadora da atividade funcional dos membros do Ministério Público;
CONSIDERANDO a necessidade de realizar inspeção ordinária nos cargos das Promotorias de Justiça abaixo relacionadas como forma da atuação de fiscalização e orientação deste Órgão Correcional, bem como visando cumprir com o calendário de inspeções previstas para o corrente ano, estando este Corregedor-Geral impossibilitado de executar tal procedimento em razão da necessidade de serviço;
R E S O L V E:
I - DELEGAR, nos termos do art. 164, §§ 1º e 3º da Lei Complementar nº 057, de 06.07.2006, ao Promotor de Justiça de 3ª entrância, Exmo. Sr. Dr. LUIZ MÁRCIO TEIXEIRA CYPRIANO, funções específicas para, na qualidade de Assessor da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Pará, realizar Inspeção Ordinária nos cargos das Promotorias de Justiça de Icoaraci, no período de 24 a 27 de março de 2015;
II - DESIGNAR o servidor efetivo deste Órgão Ministerial lotado na CGMP, Sr. FABRÍCIO JORGE ROSA DE VASCONCELOS, para assessorar nos trabalhos inerentes às inspeções.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMpra-SE.
GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, em Belém, 16 de março de 2015.

ADÉLIO MENDES DOS SANTOS
Procurador de Justiça
Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Pará.
Protocolo 806936

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA PORTARIA N.º 008/2015-MP/2ª PJDIAT/BELÉM-PA
A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DO 2º CARGO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DOS IDOSOS, E DE ACIDENTES DE TRABALHO DA CAPITAL, Dra. Adriana de Lourdes Mota Simões Colares, torna pública a Portaria n.º 008/2015-MP/2ªPJDIAT/BELÉM-PA, que instaurou Procedimento Preparatório, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público Estadual, na Rua Ângelo Custódio, n.º 36, Anexo I, Bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém-PA.
Portaria de Instauração n.º 008/2015
Data da Instauração: 09/03/2015
Objeto: Apurar a qualidade do atendimento dispensado pela Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará - SESPA e pelo Hospital de Clínicas Gaspar Vianna ao paciente LINO VIEIRA SANTOS, idoso de 62 anos de idade, diagnosticado com insuficiência cardíaca (CID 10 I 50.9) e infarto agudo do miocárdio (CID 10 I 21), especificamente no que diz respeito à sua necessidade de se submeter a procedimento de angioplastia, com implante de stents convencionais e farmacológicos.
Promotora de Justiça: Dra. Adriana de Lourdes Mota Simões Colares (titular)

Protocolo 807003

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA PORTARIA N.º 009/2015-MP/2ª PJDIAT/BELÉM-PA
A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DO 2º CARGO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DOS IDOSOS, E DE ACIDENTES DE TRABALHO DA CAPITAL, Dra. Adriana de Lourdes Mota Simões Colares, torna pública a Portaria n.º 009/2015-MP/2ªPJDIAT/BELÉM-PA, que instaurou Procedimento Preparatório, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público Estadual, na Rua Ângelo Custódio, n.º 36, Anexo I, Bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém-PA.